



42  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0276970-6**  
**APELANTE:** Município de Petrolina  
**APELADO:** José Geraldo Rodrigues dos Santos  
**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. REPASSE DE INCENTIVO À PARTICULAR PARA REALIZAÇÃO DE PROJETO CULTURAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO REALIZADA. OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO. APRECIACÃO DAS CONTAS APRESENTADAS NA SEGUNDA FASE. ART. 915, § 3º DO CPC. RECONHECIMENTO DE QUE REMANESCE SALDO CREDOR EM FAVOR DO MUNICÍPIO. APELO PROVIDO, À UNANIMIDADE. 1. A presente ação busca impelir o réu, ora apelado, a prestar contas relativas a um repasse de incentivo a ele concedido, no valor de R\$ 65.476,00 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais), para a realização de um projeto cultural denominado "A crucificação", aprovado pela Comissão Deliberativa de Incentivo à Cultura da Edilidade, nos termos da Lei Municipal nº 1.055/01. 2. Na espécie, o interesse processual – representado pelo binômio utilidade/necessidade da prestação jurisdicional – encontra-se presente, eis que somente através de determinação judicial pode o Município compelir seu incentivado a prestar as informações requeridas. 3. Nesse contexto, é de se afastar a sentença de primeiro grau que julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, por visualizar a inexistência de interesse de agir do autor, e, ato contínuo, na linha da diretriz encartada no art. 515, § 3º do CPC, passa-se ao exame de mérito da presente lide. 4. Principiando a análise da matéria de fundo, observa-se que a primeira fase do procedimento encerrou-se com a declaração da existência da obrigação do apelado de prestar contas. 5. No caso dos autos, tal obrigação é incontroversa e decorre da própria coisa julgada, ou seja, da condenação imposta ao réu de prestar contas na primeira fase da ação em lume. 6. Nesta segunda fase do procedimento, cabe ao julgador a apreciação das contas apresentadas, a fim de ser detectado o eventual saldo credor ou devedor, tendo em vista a natureza dúplice da ação de prestação de contas. 7. *In casu*, como visto, coube ao Município apresentar as contas devidas pelo réu, nos termos em que previsto no art. 915, § 3º, do CPC. 8. Na espécie, considerando como certo o repasse ao apelado de incentivo no montante de R\$ 65.476,00 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais) – circunstância de fato não impugnada na primeira fase do feito – e bem assim a ausência da respectiva prestação de contas (relativas ao projeto cultural denominado "A Crucificação", para o qual foi liberado o recurso em lume), deduz-se que o Município de Petrolina remanesce credor do valor correspondente à verba integralmente liberada, acrescida de atualização monetária, conforme tabela apresentada pela Secretaria de Finanças. 9. Apelação cível provida, à unanimidade, em ordem a afastar a sentença de primeiro grau, e, ato contínuo, em aplicação do direito à espécie, com fulcro no art. 515, § 3º do CPC, julgar procedente o pedido.



173  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível de nº 0276970-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0276970-6  
APELANTE: Município de Petrolina  
APELADO: José Geraldo Rodrigues dos Santos  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 33/36) que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir, sob o fundamento de que o Município requerente, devidamente intimado para apresentar as contas objeto da lide, nos termos do art. 915, § 3º do CPC, apresentou mera atualização de valores devidos pelo requerido, com a inclusão indiscriminada de multas e juros, o que não pode ser considerada uma prestação de contas apta a gerar um título executivo judicial, inclusive porque ausente o instrumento que criou a obrigação.

Na inicial, aduziu o Município de Petrolina, em suma, (i) que o requerido recebeu incentivo para realização de um projeto cultural denominado "A Crucificação", devidamente aprovado pela Comissão Deliberativa de Incentivo à Cultura – SIC da Edilidade, nos termos em que autorizava a Lei nº 1.055/01; (ii) que a obra artística não foi executada nem devolvida a importância recebida ao erário; (iii) que notificou o demandado, extrajudicialmente, a prestar contas, nos termos do art. 34 da Lei nº 1.055/01, que exige do incentivado a comprovação da realização do projeto e a aplicação dos recursos incentivados, não tendo o apelado se desincumbido da sua obrigação legal.

Apesar de devidamente citado, o réu deixou de prestar contas ou apresentar contestação (fls. 11/12).

A sentença da primeira fase do procedimento (fls. 18/20) aplicou os efeitos da revelia e condenou o requerido a prestar contas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser possível impugnar as contas apresentadas pelo Município.

Considerando que o réu não prestou contas, o Município de Petrolina foi intimado para tal desiderato, nos termos do § 3º do art. 915 do CPC, tendo apresentado o valor que entende devido pelo réu às fls. 30/32.

Irresignado com a sentença final, averba o Município apelante a sua nulidade, nestas razões de apelação (fls. 40/47), sustentando, em síntese, que o seu interesse de agir é evidente, uma vez que, em face da revelia do apelado, a quem caberia prestar contas, só restou ao Município apresentar os valores a ele repassados, tendo o ente público trazido aos autos *"documentação discriminada que demonstra todas as contas devidas pelo apelado, conforme comprovam às folhas 31/32 dos autos, no valor total de R\$ 98.708,97"*.

Defende que a ausência de rigor contábil não pode ser óbice ao reconhecimento das contas apresentadas, mormente por ter a documentação colacionada natureza de ato administrativo, devendo gozar de presunção de legitimidade.



68~



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Sem contra-razões.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo não provimento da apelação (fls. 63/64).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 05 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

174  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0276970-6  
APELANTE: Município de Petrolina  
APELADO: José Geraldo Rodrigues dos Santos  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Conforme antedito, a presente ação buscou impelir o réu, ora apelado, a prestar contas relativas a um repasse de incentivo a ele concedido, no valor de R\$ 65.476,00 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais), para a realização de um projeto cultural denominado "A crucificação", aprovado pela Comissão Deliberativa de Incentivo à Cultura da Edilidade, nos termos da Lei Municipal nº 1.055/01.

Na espécie, o **interesse processual** – representado pelo binômio utilidade/necessidade da prestação jurisdicional – encontra-se presente, eis que somente através de determinação judicial pode o Município compelir seu incentivado a prestar as informações requeridas.

Nesse contexto, tenho que é de se afastar a sentença de primeiro grau que julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, por visualizar a inexistência de interesse de agir do autor, e, ato contínuo, na linha da diretriz encartada no art. 515, § 3º do CPC, passo ao exame de mérito da presente lide.

Principiando a análise da matéria de fundo, observo que a *primeira fase* do procedimento encerrou-se com a declaração da existência da obrigação do apelado de prestar contas.

No caso dos autos, tal obrigação é incontroversa e decorre da própria coisa julgada, ou seja, da condenação imposta ao réu de prestar contas na primeira fase da ação em lume.

Pois bem.

Nesta segunda fase do procedimento, cabe ao julgador a apreciação das contas apresentadas, a fim de ser detectado o eventual saldo credor ou devedor, tendo em vista a natureza dúplice da ação de prestação de contas.

*In casu*, como visto, coube ao Município apresentar as contas devidas pelo réu, nos termos em que previsto no art. 915, § 3º, do CPC.

Na espécie, considerando como certo o repasse ao apelado de incentivo no montante de R\$ 65.476,00 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais) – circunstância de fato não impugnada na primeira fase do feito – e bem assim a ausência da respectiva prestação de contas (relativas ao projeto cultural denominado "A Crucificação", para o qual foi liberado o recurso em lume), deduz-se que **o Município de Petrolina é remanesce credor do valor correspondente à verba integralmente liberada, acrescida de atualização monetária, conforme tabela apresentada pela Secretaria de Finanças às fls. 32.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

45  
e

Nesse contexto, **dou provimento à apelação cível**, em ordem a afastar a sentença de primeiro grau, e, ato contínuo, em aplicação do direito à espécie, com fulcro no art. 515, § 3º do CPC, a julgar **procedente** o pedido.

É o voto.

Recife, 24 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator